REFORMADORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA SERGIPANA (1910-1913)

Cristina de Almeida Valença¹
UFBA/UNIT
tina_valenca@yahoo.com.br

RESUMO:

O objetivo dessa pesquisa é compreender a atuação do presidente de estado Rodrigues da Costa Dória, do professor paulista Carlos Silveira e, principalmente, do professor Helvécio de Andrade no campo educacional sergipano nos primeiros anos do século XX. As reformas educacionais pensadas e implantadas por esses "intelectuais da educação" visavam disseminar os ideais do movimento da Pedagogia Moderna e, conseqüentemente, consolidar do ideário republicano de civilizar a sociedade através da educação.

Palavras-chave: História da educação, educação sergipana e reformas educacionais.

REFORMERS OF PUBLIC INSTRUCTION SERGIPANA (1910-1913)

ABSTRACT:

The purpose of this research is to understand the role of chairman of state Rodrigues da Costa Dória, professor Carlos Silveira as well professor Helvécio de Andrade on the educational field of Sergipe in the early years of the twentieth century. The educational reforms designed and implemented by these "education intellectual" sought to disseminate the ideals of the movement of Modern Pedagogy and thus consolidate the republican ideas of a civilized society through education.

Key-words: History of education, education at Sergipe and educational reforms.

Na tessitura da História, o final do século XIX reveste a escola como signo da civilização e progresso. Influenciados pelos ideais iluministas, os intelectuais da educação acreditavam no poder redentor da instrução pública. Mas a conformação da escola também esteve assessorada pela crença nos dogmas da ciência e, por isso, a reconfiguração das práticas, dos princípios curriculares e do papel do professor estava mediada de uma racionalidade que geria o novo código da educação. Era preciso estabelecer uma nova Pedagogia, princípios de higiene, de organização, de regulamentação, de modo a uniformizar o ensino antes ministrado na casa do mestre-escola. Como salienta Nunes, "É no espaço das cidades, com diferentes ritmos e intensidade, que as escolas deixam de configurar-se como extensão do campo familiar, privado e religioso e, gradativamente, vão integrando uma rede escolar"². Mas para dar cabo a essa transformação, a ingerência dos intelectuais da educação efetivou um projeto que afirmava a necessidade de moralizar os costumes, regenerar a sociedade enferma.

Os ideais disseminados pelos intelectuais da República associaram à ordem republicana o modelo de um Brasil moderno. Não obstante as várias estratégias da edificação desse recente ordenamento político-cultural nacional, implantar uma compreensão modernizante libertaria o País dos resquícios coloniais. Dessa maneira, a

escola foi pensada como um espaço social próprio para a apreensão dessas idéias. Adequar a realidade educacional à modernidade seria, por fim, civilizar a sociedade. Ao discorrer sobre esse assunto Herschmann e Pereira afirmaram que “moderno, modernidade, modernismo ou mesmo modernização são categorias específicas que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativa no começo do século XX”³. Diz os mesmos autores que o discurso dos engenheiros, médicos e educadores assumiu o palco da legitimidade em detrimento da “arte da retórica” própria dos bacharéis. O prestígio dos especialistas era evidente, haja vista que estes conquistaram o reconhecimento e passaram a ser responsáveis pela organização social, tornando-se, assim, mentores da modernização.

Para construir um *estado de espírito moderno* era preciso estabelecer a ordem, administrar racionalmente o tempo escolar, gerir atividade produtiva, disciplinar, organizar o espaço escolar e instruir o trabalho pedagógico. Nessa interseção, tornar a escola como uma instituição modeladora da sociedade foi o empreendimento dos intelectuais desse período. Para tanto, o poder cedido à ciência para postular o novo modelo educacional evidenciou uma pluralidade de saberes que constituiu um outro pensar sobre a cultura escolar. Investidos com novas disciplinas, o currículo, o programa escolar e o método de ensino figuram como parte da organização pedagógica racional. Esta subsidiada pela Psicologia Experimental, pela Biologia, Pedologia e Pedagogia transformaria não só as práticas escolares, mas também a cultura escolar.

Esses saberes científicos e especializados contribuíram sobremodo para difundir a civilidade. A Medicina, por exemplo, ditava preceitos de normatização de hábitos e do corpo. A engenharia foi um conhecimento que colaborou para a ordenação do espaço escolar por defender a organicidade urbana e a limpeza visual, implementando outras configurações discursivas a respeito da estrutura da escola. Através de formulações ideológicas, eles desejavam incorporar uma série de valores e modelos que evidenciavam um efeito moral, normatizador.

Nesse momento em que os ideais republicanos de ordem e progresso estavam em proeminência, principalmente nas práticas escolares, a idéia de modernização se ajustou fidedignamente à proposta esboçada pelo movimento da Pedagogia Moderna. Assim, as relações entre a República, escola e modernidade pedagógica apresentavam-se interligadas e, ao mesmo tempo, expressavam a complexidade de difundir um ideal e de tornar possível sua execução. Os intelectuais da educação falavam da contundente necessidade de modernizar a instrução pública, comentavam através de relatórios, mensagens presidenciais e artigos de jornais as mazelas sociais tornando visível a idéia de que a intervenção do Estado na educação era cogente e difundiam os ideais do movimento da Pedagogia Moderna. Mas, por que “Moderna”?

O paradigma do *moderno* que se instala desde o final do século XIX no campo educacional pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos, hábitos, pressupostos, questões que orientam reflexões sobre a maneira de ver a realidade. Inserida no processo de construção de um novo pensar pedagógico, a proposta de modernização, entendida como uma intensa revisão crítica das práticas pedagógicas anteriores, adotou modelos de apreensão da instrução a partir da superação teórica e didática. A Pedagogia Moderna apresenta-se não apenas como uma necessidade intelectual ou discurso, mas também como o meio capaz de empreender o progresso almejado. Entretanto, o que seria essa Pedagogia Moderna? O que defendia? Existe algum marco temporal que defina quando começou a ser implantada e quando findou?

Na tentativa de conceituar a Pedagogia Moderna foi possível entendê-la como um movimento renovador das práticas pedagógicas. Caracterizada pela centralização dos

processos educativos na criança, pela adequação dos métodos de ensino e aprendizagem à capacidade cognitiva do aluno e pelo aprimoramento das instalações escolares, a Pedagogia Moderna apresentava um conjunto de idéias que se assemelhavam ao movimento da Escola Nova no Brasil. É tênue a linha que as separa. Num momento de maior interferência sobre esse aspecto, é plausível afirmar que a Pedagogia Moderna, assim denominada por intelectuais do final do século XIX, antecedeu o discurso da Escola Nova.

Em defesa da renovação das práticas e princípios da educação, a Pedagogia Moderna, a partir da influência dos estudos da Biologia, da Psicologia experimental e da Pedagogia, questionou as condições de aprendizagem, ou seja, os métodos aplicados e a função dos programas de ensino. Defendia o aluno como o centro do processo de aquisição do conhecimento, a co-educação dos sexos, o ensino da ginástica, jogos, excursões, a realização de trabalhos manuais com fim educativo e a implantação de laboratórios de Pedagogia prática.

Ao adotar as diretrizes dessa Pedagogia modernizante, as Escolas Normais reorganizaram suas propostas curriculares, incluíram como laboratórios de práticas as Escolas Modelos e Grupos escolares, implantaram o método intuitivo por compreender que o ensino deveria estar embasado na observação dos fatos e em experiências e, assim, deram ênfase no “ver” e “fazer”. Instituíram, também, a ordem e a higiene como conceitos fundamentais para o bom desenvolvimento do ensino, importaram carteiras proporcionais à altura dos alunos, incentivaram a disciplinarização dos corpos e a racionalidade do tempo da escrita e da leitura.

Esses projetos modernizadores agiam visando à alteração do *habitus* pedagógico ao inserir novos preceitos regularizadores da formação docente. Essa renovação escolar, mediada pela transformação do papel e da atividade docente, denunciavam a corrida contra o velho e a busca pelo progresso. A Escola Normal foi o alvo dessas mudanças por ser o *locus* formador das futuras professoras primárias. Não bastava instruí-las; era necessário reformar os padrões de ensino dessa instituição⁴.

Afinado com as discussões e ações implementadas nas reformas paulistas, o professor sergipano Helvécio de Andrade tinha um discurso tributário às idéias do paulista Caetano de Campos. Este último não foi apenas um administrador; dedicou-se por muitos anos à Medicina, trabalhando na Santa Casa de Misericórdia e na Beneficência Portuguesa. Contudo, assim como Helvécio de Andrade, a instrução pública foi para Caetano de Campos um espaço de intensa atuação. Lecionou no Colégio Pestana, na Escola Neutralidade de João Köple e foi indicado pelo professor Rangel Pestana para assumir a direção da Escola Normal em 1890⁵. Apesar de ser ainda um desconhecido no campo, conquistou reconhecimento através do trabalho educacional que empreendeu⁶.

Possivelmente, o encontro dos dois intelectuais da educação ocorreu quando eles trabalhavam nos hospitais anteriormente citados. Também seria provável pensar que confidenciassem suas perspectivas reformadoras, o que planejavam para a educação, para a carreira pública. O levantamento dessas hipóteses revelou pistas que ajudaram a entender o processo de apropriação que Helvécio de Andrade elaborou a respeito da modernização pedagógica aplicada nas reformas paulistas durante sua estada nesta cidade.

Não foi apenas a proximidade com as idéias; a atuação como inspetor escolar em Santos proporcionou a esse professor um contato mais efetivo com as reformas empreendidas durante a administração de Caetano de Campos. Levar essas diretrizes para o campo educacional sergipano foi uma das conseqüências desse fato. Mas não foi apenas

Helvécio de Andrade que manteve uma postura de disseminador da modernidade pedagógica; em Sergipe muitos estiveram comprometidos com a difusão desse ideal.

Profusos em retórica, a intelectualidade sergipana vivenciou na passagem do século XIX para o século XX o desencadeamento das letras e instituições voltadas para a fecundação da cultura sergipana. As instituições beletrísticas⁷, científicas⁸ e educacionais formavam os centros de discussões e foram as responsáveis pela circulação do conhecimento. Os intelectuais que participavam dessas instituições idealizavam a instrução pública como o caminho da salvação social. Ancorados nesse princípio, empreenderam diversas reformas no campo educacional, a saber, a implantação de escolas primárias graduadas, da padronização de métodos de ensino, de investimento na fiscalização escolar, na renovação dos processos de ensino, na formação das normalistas, na organização dos regulamentos que conduziam o ensino secundário, normal e profissionalizante.

Dentre eles, pode-se evidenciar os nomes de Carlos Silveira, professor paulista; Rodrigues Dórea, presidente de Estado; Carvalho Neto, diretor da instrução pública; Graccho Cardoso, presidente de Estado; Manoel Franco Freire, professor e diretor da instrução pública; Augusto da Rocha Lima, professor; Penélope Magalhães, professora, e Helvécio de Andrade, que foi professor e diretor da instrução pública por oito anos e três meses. As tentativas de mudanças na estrutura educacional, consideradas fundamentais nos textos emitidos por alguns desses intelectuais da educação, estavam muitas vezes marcadas por uma possível visibilidade que as propostas de renovação educacional dariam às suas administrações.

Na realidade, falar em modernização pedagógica era o afã do período. Talvez o discurso em si já desse legitimidade e respaldo ao orador. Pensando de outra forma, pode-se supor que os envolvidos com a instrução estivessem desejosos em edificar uma nova cultura escolar, em forjar uma identidade educacional sergipana, ou mesmo em demarcar sua singularidade em relação aos outros Estados. Fruto ou não de discursos produzidos para a posteridade, tanto os relatórios de presidente quanto os enviados pelos diretores de instrução e inspetores falavam em nome da modernização do ensino.

Os interesses políticos também contribuíram para a fixação dos reformadores no campo educacional por permitir a coligação com grupos políticos já consolidados. Essas redes de ligações estabelecidas pelos sujeitos possibilitavam não só a inserção nos grupos como também contribuíam para a consolidação do indivíduo no *campo*. A esse respeito Elias⁹ informa que os agentes constituem teias de interdependências ou *configurações* como estratégia para manter o poder ou mesmo a posição que ocupam na estrutura social.

Em Sergipe, apesar de a atuação política de Helvécio de Andrade não ter sido tão expressiva quanto a sua atuação educacional, foi possível averiguar a determinação que empreendeu na defesa de seus ideais públicos, principalmente no período em que residiu em Maruim. Sustentou no *Jornal de Sergipe* uma propaganda sobre a necessidade da Revisão Constitucional da República e fundou o Partido Revisionista junto com o Padre Dantas e Antônio Motta. A repercussão de suas idéias teve como consequência a adesão de quatorze municípios a esse partido.

Além disso, foi um dos primeiros a defender a sucessão do então deputado federal Rodrigues da Costa Dórea ao cargo de presidente de Estado. Helvécio de Andrade difundia as qualidades desse deputado afirmando que este “dispunha de todos os predicados para suceder a situação criada pelos trágicos acontecimentos anteriores: cultura, moderação e honestidade de meios e fins”¹⁰. O apoio incondicional à candidatura desse político permitiu que Helvécio de Andrade se consolidasse no campo político e educacional, isto porque foi nessa administração que conseguiu ter acesso aos cargos públicos educacionais

considerados importantes nesse período. Ao assumir a presidência do Estado, Rodrigues da Costa Dórea indicou a Helvécio de Andrade o cargo de Delegado Fiscal do Governo Federal junto ao Atheneu Sergipense.

Os anúncios deixados nos jornais sergipanos pela Delegacia Federal indicavam que esta tinha como função dar instruções para os exames escolares e para os preparatórios do Atheneu Sergipense, promover e fiscalizar concursos e convocar professores para as bancas examinadoras. Assinados pelo delegado federal, os anúncios ocupavam, normalmente, as colunas dos Editais ou Secção livre e tinham vigência de um mês ou mais de publicação, conforme o regimento da lei. Por isso, era comum encontrar a mesma convocatória ou anúncio em diversos exemplares seqüencialmente. Mesmo que esses dispositivos não informassem o desejado sobre a funcionalidade da instituição, tinha muito a dizer sobre o sistema educacional ou, ao menos, sobre as intenções projetadas para a instrução pública; isto porque informavam as regulamentações para o ensino e para os exames preparatórios, as disciplinas exigidas para o ingresso nos cursos superiores, indicavam a documentação determinada para a matrícula nos preparatórios e quais eram os professores convidados para compor as bancas examinadoras.

Localizada nas adjacências do Atheneu Sergipense, colégio onde funcionavam os preparatórios, a Delegacia Fiscal recolhia os requerimentos dos alunos que desejavam submeter-se aos exames, respondendo aos mesmos trâmites aplicados pelo diretor do Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Apesar de os requerimentos serem elaborados pelos próprios alunos, existiam normas definidas pela Delegacia, as quais deveriam ser observadas. Nesses requerimentos os alunos declaravam o curso que pretendiam matricular-se, a idade, a filiação e a naturalidade. Os requerimentos também deveriam ser acompanhados de documentos comprobatórios dos dados expostos e um atestado de identidade assinado pelos pais, tutores ou pessoas conhecidas do aluno requerente; itens criteriosamente avaliados por Helvécio de Andrade e comissionados. Esses procedimentos relatam o rigor com que eram tratados os exames escolares nesse período.

Helvécio de Andrade permaneceu nesse cargo até o final da administração de Rodrigues Dórea. Antes mesmo de entregar o cargo, esse presidente promoveu a vinda de um professor paulistano para implementar a educação pública sergipana.

As viagens de estudos ou mesmo o empréstimo de técnicos eram práticas correntes na Primeira República; faziam parte da rotina administrativa dos Estados que estavam preocupados em remodelar a instrução pública¹¹. Consoante a afirmação de Souza¹², os educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de reorganização da instrução pública, bem como foram oferecidos financiamentos para a realização de visitas comissionadas ao Estado paulista. O governo paulista enviou diversos professores para verificar e relatar as práticas modernas de ensino¹³.

Na década de 1910, por exemplo, o professor Aprígio Gonzaga foi enviado à República Argentina a fim de verificar como estava sistematizado o ensino primário e normal naquele país¹⁴. O ponto de partida das observações desse professor foi indagar como funcionava o Conselho Nacional de Educação, órgão encarregado da fiscalização do ensino primário público e particular, do ensino secundário e normal. Investigou ainda como estavam estruturados os laboratórios, os programas de ensino, as práticas e métodos escolares. Constatá-se, a partir desse relatório, que essas viagens pedagógicas eram realizadas também em outros países além dos Estados Unidos.

Sergipe também não esteve alheio a esses empreendimentos. Os movimentos de renovação escolar foram adotados na gestão do presidente José Rodrigues da Costa Dórea (1909-1911) como procedimentos prioritários para o setor educacional. Esse presidente

ficou impressionado com o que presenciou nas visitas que realizou às escolas americanas. Ao ter em vista a necessidades de mudanças estruturais, Rodrigues Dórea convidou Carlos Silveira¹⁵, que também esteve presente nas visitas ao sistema educacional dos Estados Unidos, para implementar essas mudanças e capacitar o sistema educacional de regulamentos e programas que estivessem de acordo com as novas diretrizes da educação paulista, conforme suas palavras, “para favorecer o ensino”¹⁶ sergipano.

Ao chegar em Sergipe em agosto de 1911, o professor paulista acionou a importância da criação de grupos escolares, da instalação de laboratórios para a Escola Normal, da adoção de métodos de ensino, normatização da inspeção escolar, remodelação dos regulamentos da Escola Normal e do ensino secundário. Foram esses os principais aspectos da mudança liderada por esse intelectual. O professor paulista também procurou dar organicidade ao magistério primário. Através de visitas às escolas da cidade, assistia ao trabalho das professoras, conversava com elas e escolhia dentre elas as que deveriam compor o quadro dos grupos escolares criados nessa administração. Além disso, observava as aptidões das professoras, redistribuindo-as pelas classes.

Em apenas quarenta e cinco dias o professor paulista divulgou a nova organização do sistema escolar sergipano e, ao ser aprovada pelo presidente do Estado, foi publicada no *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. As reformas iniciaram logo após a data de publicidade e tiveram o intuito de transformar-se num marco para a história da educação sergipana. Os elogios na imprensa e as constantes ênfases sobre a importância dessa reforma delataram o empenho na edificação de uma memória da reforma de 1911.

A representatividade dessa reforma não figurava apenas nos impressos, ela instituiu-se também na construção dos prédios escolares públicos; isso não só por ter reunido as escolas isoladas em um único edifício, mas pela monumentalidade deste. O edifício-escola ou como chamavam na época, a escola-palácio, significava o momento da renovação. A política educacional baseada nos princípios do ideal republicano culminava num processo de reinvenção do espaço escolar e social. Nessa direção, as reformas dos espaços escolares estavam ligadas aos pressupostos pedagógicos que pretendiam inserir novos hábitos e valores para civilizar e homogeneizar a sociedade. A educação tornou-se um símbolo integrado à República pela crença na sua capacidade de regenerar, disciplinar e moralizar¹⁷. Essas reformas urbanas procuraram relacionar as idéias higienistas do final do século XIX com a idéia de uma nova estética preocupada com o aformoseamento das cidades¹⁸.

Essa construção do moderno ou da modernização educacional brasileira, como evidenciaram alguns autores foi, no momento de sua formação e por longos anos, importante instrumento de reflexão capaz de garantir, ou melhor, de viabilizar as relações entre diferentes segmentos sociais, de promover a sustentação das articulações do Estado com a sociedade civil, especialmente dos intelectuais com o Estado, ou mesmo com a cultura. Além disso, possibilitou estabelecer os limites e diretrizes para o processo de constante reconstrução do imaginário social.

As construções dos prédios da Escola Normal, Grupo Escolar Modelo e Grupo Escolar Central estavam relacionadas ao ideário de propagação de uma nova ordem que creditava à educação o meio de instauração do progresso. Foi a partir desse princípio que se promoveu a construção das escolas-monumentos. Viñao Frago¹⁹, ao analisar a disseminação desse modelo escolar, estabelece a relação entre os preceitos pedagógicos e os arquitetônicos. A confluência deles permitia o acesso à organicidade do modelo escolar defendido pela Pedagogia Moderna.

Esses projetos atrelavam a retórica arquitetônica à racionalidade pedagógica, reinventando a escola, tornando-a um símbolo de progresso. O prédio da Escola Normal foi um exemplo desse ideário. Seu projeto compreendia uma série de dispositivos que

iriam conferir à escola uma dimensão esperada pelo imaginário republicano. Esses dispositivos estavam acompanhados pela orientação de um espaço escolar saudável.

Monumental em sua fachada, o novo prédio estava localizado na praça Olímpio Campos, suas instalações compreendiam boas condições de iluminação e ventilação. A disposição das salas de aula facilitava a fiscalização dos bedéis, além delas, no edifício eram encontradas salas destinadas ao atendimento médico e dentário, sala da diretoria, dependências sanitárias e biblioteca. Essas dependências eram ligadas por corredores e no centro figurava um grande pátio, à semelhança de um claustro, dedicado aos momentos de lazer de modo que as jovens pudessem ser bem visualizadas pelos próprios professores²⁰.

O empenho do professor Carlos Silveira no desenvolvimento dessa reforma foi o suficiente para insuflar desentendimentos e rixas com alguns políticos sergipanos. Espaçadamente, Helvécio de Andrade informou sobre o episódio que provocou a volta do professor a São Paulo. O professor sergipano relatou apenas que, por causa de um mal entendido “nascido de tendenciosas informações e aceitas sem exame”²¹, determinou o afastamento de Carlos Silveira, sustando o andamento da reforma que iniciou.

A retirada imprevista do orientador e as polêmicas dela decorrentes causaram impressões de desagrado com a política vigente. Foi registrado um manifesto das normalistas reivindicando a volta do professor paulista. No dia seguinte ao da rescisão do contrato do professor paulista, elas escreveram nos quadros negros da escola “Viva ao Dr. Carlos Silveira”. Helvécio de Andrade narrou o episódio revelando que um grupo de quartanistas chefiado pela aluna mais distinta da turma dirigiu-se ao Palácio Presidencial e solicitou o comparecimento do presidente Siqueira de Menezes.

Na presença do administrador do Estado lavraram seu protesto afirmando que caso o professor paulista não fosse readmitido, elas deixariam a escola naquele mesmo dia²². “O velho general”, como o invocou Helvécio de Andrade, “coçou a barba” e não disse mais nada que “meninas tenham juízo!”. Sobre esse fato Helvécio de Andrade questionou o poder, ou mesmo, a prepotência da política sobre a Instrução Pública. Ao retornar para São Paulo, Carlos Silveira passou a atuar como professor do Instituto Pedagógico²³.

Muitos dos objetivos idealizados pelo professor paulista só foram realmente colocados em prática tempo mais tarde. A inspeção escolar foi um deles. Apenas em 1912 as inspeções foram reorganizadas com o fim de incentivar a regularidade e o aperfeiçoamento do ensino. Apesar de todas as esperanças depositadas nesse veículo demonstradas pelo afã com que foram escritos os relatórios, a inspeção deixava dúvidas quanto ao seu rigor, conforme reclamava Helvécio de Andrade num escrito sobre a escola sergipana²⁴.

Esse não foi o único imprevisto do governo de Rodrigues Dórea (1909-1911). Apesar de Aracaju ser nessa época uma cidade que não estava adversa a novas idéias, o campo político caracterizado pelo domínio da oligarquia olimpista²⁵ estava desgastado desde o assassinato do líder opositor Fausto Cardoso, provocando dissidências que resultariam no enfraquecimento do grupo de que Rodrigues Dórea era representante²⁶. Desde que assumiu a presidência do Estado, em 1909, contemplou os conflitos e descontentamentos gerados a partir das reformas empreendidas.

As iniciativas desse presidente tinham como objetivo superar o quadro político adverso, principalmente em relação ao sistema educacional. Como em todos os relatórios elaborados pelos presidentes, Rodrigues Dórea também credita ao seu governo os esforços

para superar os problemas educacionais e refere-se, longamente, às divergências em relação às suas ações no Estado. Certamente o retorno do professor paulista, Carlos Silveira, foi gerado a partir dessas querelas políticas.

As especificações implantadas nessa reforma implicavam medidas criteriosas para as mudanças pretendidas por Carlos Silveira. O próprio Rodrigues Dórea reconhecia que era necessário suplantiar os antigos padrões de ensino “feitos por métodos atrasados, e ministrados por docentes muitas vezes catados entre os protegidos e afilhados sem atender às aptidões e competência, e só com interesse de dar empregos”²⁷. Outras providências também foram tomadas. Em 1911, ano que o professor Carlos Silveira voltou a São Paulo, Helvécio de Andrade foi nomeado por Rodrigues Dórea lente das Cadeiras de Pedagogia, Pedologia e Higiene Escolar da Escola Normal. Assumiu as cadeiras e com a pretensão de executar as diretrizes definidas pela reforma, definiu um programa para a Cadeira que iria ocupar.

Com o objetivo de despertar o interesse pela ciência da educação, divulgar sua importância e vantagem no preparo do homem para a vida social, Helvécio de Andrade publicou no Correio de Aracaju, em primeiro de dezembro de 1911, uma série de sete artigos com o título “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Normal”, abordando, de forma geral, a necessidade de despertar no aluno as vantagens do saber, de cultivar a inteligência. Entretanto, para isso não bastaria apenas prover o aluno de bons livros e de bons mestres, mas educar sua vontade, civilizá-lo. O programa instituído por Helvécio de Andrade estava afinado com as idéias defendidas pela Reforma de Caetano de Campos implantada em São Paulo.

O diagnóstico do sistema educacional enfatizado nos primeiros artigos demonstrava não só o modo como Helvécio de Andrade percebia a instrução, como também servia como uma estratégia para calçar seu discurso. Diante de suas observações, a instrução pública era a mesma de trinta anos atrás, com a diferença de que antes a fiscalização era mais rigorosa. Apontou alguns erros implantados nas instruções relativas à organização, às disciplinas, aos programas e aos métodos utilizados. Suas ressalvas enfatizavam o uso indiscriminado da memorização e dos castigos físicos como processos de ensino correntes nas escolas sergipanas. Disse Helvécio de Andrade: “o b-a-bá, o estudo decorado da taboada, da orthographia, e até a cartilha, isso que em toda parte não é mais que uma lembrança do passado, continúa a estimular os cérebros infantis”²⁸.

Ressaltados por esse professor como o maior símbolo de atraso, os castigos físicos eram o meio disciplinar mais utilizado nas escolas sergipanas, principalmente as de ensino primário. Conforme acreditava, esse método produziria apenas meninos neurastênicos que estudavam mais pelo “terror da fêrula” que por amor ao saber, ou mesmo, crianças negligentes que se habituavam aos castigos e relaxavam. A escola moderna não poderia mais submeter-se aos processos condenados pela ciência pedagógica, afirmava Helvécio de Andrade. Suas premissas sobre a condenação aos castigos físicos estavam pautadas nos fundamentos da metodologia implantada por Carlos Silveira na reforma de 1911. Ao tecer suas argumentações contra o uso da palmatória, Helvécio de Andrade lembrou do seguinte episódio ocorrido ainda no período da administração de Carlos Silveira.

Em um móvel de uma das mobílias recolhidas ao primeiro grupo escolar organizados este ano, encontrou o dr. Carlos Silveira uma palmatória. Logo que a proprietária do amável traste deu pela sua falta, foi um tanto commovida pedir licença para verificar se estavam no dito móvel uns papeis que lhe eram pertencentes. O distinto educador, risonho respondeu: lá só havia isso, cujo cabo desastadamente quebrei. Peço desculpas do prejuízo que involuntariamente dei a v. ex.²⁹

Helvécio de Andrade dispôs em seus artigos que a cadeira de Pedagogia, “indispensável ao preparo do mestre primário”, não correspondia aos desígnios da sua importância. Propôs, então, o acréscimo de noções de Higiene Escolar, Psicologia e Pedologia. Esse programa foi elaborado com a colaboração do professor paulista que auxiliou Helvécio de Andrade na escolha dos assuntos abordados, na seleção dos livros e conceitos que deveriam ser discutidos em sala de aula.

Dentre as principais obras pesquisadas por Helvécio de Andrade na elaboração do novo programa estavam as obras de Mantavani, Pinheiro Bittencourt, Lolai at Picaret, Vieira de Melo, Felisberto de Carvalho, Faria de Vasconcelos, o professor americano S. Welck, a Revista de Ensino de São Paulo, as anotações da prática escolar dos Estados Unidos - observadas por Carlos Silveira em uma viagem realizada anos anteriores - e um artigo escrito por Carlos Escobar sobre a ‘Leitura Analítica’. Com essa literatura, Helvécio de Andrade elaborou o programa e um ensaio sobre Pedagogia, que seria posteriormente publicado.

Com o programa elaborado pelo professor de Pedagogia da Escola Normal, as quantidades de aulas aumentaram significativamente passando a compor a carga horária de duas horas a mais por dia para as turmas do segundo, terceiro e quarto anos. No entanto, uma outra dificuldade era apontada por Helvécio de Andrade: a falta de livros didáticos que servissem de guia no ensino da disciplina. O livro até então utilizado pelas normalistas era *Apostillas de Pedagogia*, elaborado pelo Professor Balthazar Góes. Mas “o livrinho do eminente professor não podia satisfazer as exigências do programma requerido”³⁰, dizia Helvécio de Andrade. O conteúdo abordado pelo professor Baltazar Góes não diferia muito do livro de Pedagogia elaborado, em 1913, por Helvécio de Andrade. Talvez essa fosse uma tentativa de desmerecer o texto de Pedagogia existente desde 1905 e, ao mesmo tempo, projetar-se como o articulador dos conhecimentos pedagógicos.

Nesse programa, a Pedologia e a Psicologia eram as principais ciências que davam suporte ao ensino da Pedagogia. Conforme entendia Helvécio de Andrade, a Psicologia fornecia o conhecimento da mente, através da qual se sustentava o princípio da educação pelos sentidos³¹. Já a Pedologia possibilitava ao professor acompanhar as fases do desenvolvimento orgânico da criança, observava as individualidades e as aptidões mentais, ensinava como se organiza uma escola, como o professor deveria dirigir a classe, quais os métodos e processos de ensino cuja escolha deveria estar sujeita ao tipo físico e idade do aluno, ditava como o professor deveria obter a disciplina, a ordem e a moralidade, além de informar as regras e preceitos da educação física, moral e cívica³². Helvécio de Andrade acreditava que a Pedologia operava uma revolução salutar no ensino público; isto porque “antigamente o professor era tudo, a creança nada (...) De uns trinta anos pra cá o estudo da creança começou de merecer particular atenção dos educadores. A creança é, e deve ser, o alvo de todas as nossas atenções”³³.

Adicionadas ao curso de Pedagogia, as noções de higiene foram consideradas imprescindíveis, principalmente a partir de 1904, data que marcou o Congresso médico-pedagógico que ocorreu em Nuremberg. Nesse congresso, a principal pauta estava relacionada à necessidade de associar o trabalho médico à família e ao preceptor. O programa de Pedagogia delimitou as regras da higiene escolar em duas fases: a profilática e a educativa. Dizia Helvécio de Andrade ao finalizar o programa: “para o bom êxito do ensino conto com o interesse dos alumnos e a collaboração dos poderes públicos, [...] que, espero, dotará o ensino de alguns instrumentos necessários ao estudo dos sentidos e à anthropomotria escolar, aparelhos simples e de pouco custo”³⁴.

Em outubro de 1911, Helvécio de Andrade foi convidado para discursar sobre a natureza humana numa conferência realizada no salão da Escola Normal. Ao desenvolver o tema proposto pelos organizadores do evento, sua preleção teve como título “O Homem e a Natureza”, através da qual explanou suas idéias com base na Psicologia e nos conhecimentos médicos, legado de sua formação. Depois das palestras de Rodrigues Dórea sobre “Aspectos da Natureza” e a de Leonardo Leite, “Moral através da Humanidade”, Helvécio de Andrade foi apresentado e iniciou seu discurso”³⁵.

Nessa conferência, ele apresentou a hipótese de que o homem é um ser espiritualista por natureza. Negar a alma seria destruir todo o conhecimento da Psicologia, defendia o médico sergipano. Para sustentar suas observações, citou Platão, afirmando que este acreditava na existência de uma alma que dominava e dirigia o corpo. Diante dessa prerrogativa enfatizava a importância da Psicologia experimental nos estudos biológicos e educacionais. Condenou Kant ao enfatizar que este filósofo não considerava que a Psicologia fosse uma ciência e, como consequência dessa assertiva, houve um retrocesso no desenvolvimento dessa disciplina. Finalizou sua preleção asseverando que

A doutrina da união substancial da alma e do corpo está em harmonia perfeita com o objeto da Psychologia, e só ela tem a elasticidade e a propriedade precisas para compreender o vasto domínio dos phenomenos externos e internos, o que dá à Psychologia um lugar muito saliente no quadro das sciencias necessárias à educação³⁶.

Após um ano de magistério, Helvécio de Andrade, com o apoio da imprensa sergipana, publicou algumas das aulas ministradas na Escola Normal. Numa série denominada *Assumptos Pedagógicos* divulgou temas como o ensino da leitura analítica³⁷, o ensino intuitivo na História Natural³⁸, como se organiza uma classe³⁹, a importância dos jogos escolares e da ginástica para a higiene da mente e o desenvolvimento do corpo⁴⁰. Além desses, publicou as lições de Pedologia⁴¹ e discutiu, numa seqüência de três artigos, quais seriam as influências que a escola exerceria no desenvolvimento da criança⁴².

Na maioria dos aspectos abordados percebe-se a presença dos ideais pedagógicos empregados na reforma de 1911; a persistência nesses temas demonstrava a relevância que eles tinham tanto para Helvécio de Andrade como para Rodrigues Dórea e Carlos Silveira. Dessa forma, inserir os princípios amparados pela Pedagogia Moderna através das aulas e de artigos noticiados nos jornais locais seria um diferencial que marcou a atuação desses reformadores na difusão das idéias do movimento renovador da instrução.

Em 1912, Helvécio de Andrade participou do segundo congresso brasileiro de instrução primária e secundária que aconteceu em Belo Horizonte. Dentre os temas apresentados estavam a formação dos professores, a educação profissional feminina e as condições do ensino secundário. As teses proferidas nesse encontro foram elencadas por Helvécio de Andrade e publicadas no *Correio de Aracaju*. Nesse artigo elas foram organizadas dentro da seguinte temática centrada em questões a respeito da instrução primária, seguidas das que explanavam sobre a instrução secundária.

Feitas as devidas considerações sobre elas, o professor de Pedagogia da Escola Normal analisou as questões referentes à instrução profissionalizante e às diretrizes do ensino moral. Esta última inscreve-se nessas alocações como a matriz primordial para a instrução pública. Como professor, Helvécio de Andrade acreditava na capacidade civilizadora do ensino da Moral e da Religião. Nesse mesmo ano, ele foi designado para assumir a cadeira de Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal. No entanto, esse não foi o único encontro de que Helvécio de Andrade participou.

Em 1913, esteve presente no congresso realizado na Bahia, o qual teve como tema principal a defesa da unificação federal dos cursos normais sob o padrão da Escola Normal de São Paulo. Escolhida para representar os municípios do Norte e Nordeste, a Bahia recebeu, nesse período, importantes intelectuais da educação que proferiram palestras, em sua maioria, sobre os problemas e as possíveis soluções para o sistema educacional do País. A preleção dirigida por Helvécio de Andrade apontava as transformações empreendidas na Escola Normal a partir da reforma de 1911, a implantação dos Grupos Escolares e a eficiência das inspeções que, em suas palavras, “faz com que tudo se saiba e se comente em 3 dias, nos mais afastados centros de população interiores”⁴³.

A tese apresentada por esse professor teve como título “A quem deve caber a responsabilidade do ensino primário: à Nação, aos Estados ou aos Municípios?”, através da qual ele defendeu que o ensino primário deveria ser regido pela Nação; isto porque acreditava que o município não tinha condições estruturais e financeiras para prover a instrução primária por sua amplitude e graus de necessidades. Afirmava “confiar ao município, que irrisão! Tal tarefa, o ensino primário, seria retrogradar aos tempos coloniais [...] uma tal tarefa nem é digna de discussão”⁴⁴.

Antes mesmo de enunciar a citada tese, Helvécio de Andrade foi convidado, em fevereiro desse ano, a escrever um artigo para o *Jornal do Commercio*⁴⁵ delineando os aspectos necessários para a reforma da instrução primária sergipana. Intitulado como “O Problema Máximo”, também publicado também pelo *Correio de Aracaju*, descreveu as dificuldades de implantar um sistema educacional à semelhança do que estava aplicado em São Paulo, por consequência de uma série de problemas estruturais do campo educacional sergipano. Discorreu, assim, sobre a possibilidade de adaptar as diretrizes modelares às necessidades mais aparentes.

Ao voltar de Salvador, em 1913, Helvécio de Andrade foi recebido com as honras ritualmente cedidas aos homens públicos considerados importantes pela elite política. Representar Sergipe num dos mais comentados congressos de instrução foi a oportunidade de demonstrar a sociedade aracajuana seu empenho pela educação, mas, além disso, foi a garantia de consolidar-se no campo. O reconhecimento de sua empreitada intelectual foi marcado pelo momento em que o presidente Siqueira de Menezes⁴⁶, presente na festa de recepção, nomeou Helvécio de Andrade como Diretor da Instrução Pública, cargo que exerceu cumulativamente ao de diretor da Escola Normal e do Grupo Escolar anexo destinado à prática das normalistas e o desempenhou até de 1918, final da administração do General Valladão.

Nesse ensejo, iniciou em sete de setembro de 1913, na Escola Normal, uma série de palestras chamadas de “Conferências cívicas e pedagógicas” e a primeira esteve sob a responsabilidade do Cônego Lima. Através delas, tanto os professores quanto as alunas teriam a oportunidade de declamar poesias, ministrar aulas sobre as datas cívicas e explicar sobre os fins da educação. Parte integrante das novas práticas pedagógicas propostas por Helvécio de Andrade durante o período em que foi diretor da Escola Normal. Em 1914, implementou seus projetos quando inaugurou uma biblioteca nessa instituição com o objetivo de contribuir para a aprendizagem das futuras professoras primárias do Estado. Transformou a biblioteca em um espaço próprio para as preleções⁴⁷.

1. Helvécio de Andrade e a direção da Instrução Pública

Assumiu a diretoria da Instrução Pública e a da Escola Normal, mas o fez com a colaboração do *capital social* que adquiriu a partir das relações que manteve com grupos

políticos específicos, neste caso o que Rodrigues Dórea representava. Através dele conseguiu certa projeção no campo educacional. Salientar apenas que sua formação, ou melhor, apenas seu *capital cultural* lhe garantiu tal prestígio seria negar que os indivíduos, em sociedade, mantêm entre si redes de interdependências que os elevam, conservam ou mesmo destituem do poder⁴⁸.

Como uma característica intrínseca aos cargos de confiança, o cargo da diretoria da Instrução Pública deveria ser ocupado por indivíduos considerados capazes, ou melhor, indicados para administrá-los. Por essa análise percebe-se que a sua formação e experiência educacional adquirida são apenas indicadores e não provas monolíticas da sua proeminência no campo educacional sergipano.

Notadamente a instrução pública sergipana estava se readaptando ao novo programa deferido pela lei que anulou a reforma instituída por Rivadávia Correa em 1911. Formou-se, assim, uma comissão para elaborar um projeto que determinasse novas diretrizes para o ensino. Essa comissão foi presidida por Baltazar Góes, professor que substituiu Carlos Silveira na organização do sistema educacional sergipano. Através dela foi organizado um regulamento que adotava, legalmente, o método intuitivo como critério primordial para a modernização do ensino.

Apesar de ele já ter sido indicado por Carlos Silveira na reforma de 1911, não foi devidamente aplicado por falta de materiais adequados. Para efetivar o uso desse método, o novo regulamento sugeriu que cabia ao inspetor de ensino a tarefa de iniciar e desenvolver os professores primários na prática do método intuitivo. Mesmo não sendo a forma mais adequada de disseminar o método, foi a solução encontrada por Helvécio de Andrade para iniciar o trabalho de difusão.

Diante das prioridades para a instrução pública, o professor Helvécio de Andrade e Baltazar Góes sugeriram a jubilação dos professores mais antigos, o afastamento dos que apresentavam resistência em aplicar os novos processos de ensino; procuraram inserir os hábitos higiênicos nas escolas e adquirir material de ensino em consonância com os ditos da Pedagogia Moderna. Dentre os materiais requisitados pela diretoria da instrução estavam as mobílias, mapas, globos, quadros negros, cartas de Parker, sistemas de pesos e medidas, sólidos geométricos, dons de Froebel, séries de seres orgânicos e inorgânicos.

As mudanças previstas na Reforma de 1911 não produziram todos os efeitos que seus idealizadores almejavam. Apesar dos discursos que enfatizavam a urgência em reorganizar o ensino primário, verifica-se, através dos relatórios⁴⁹ que enviavam ao governo, a insatisfação com os resultados das mudanças estabelecidas por essa Reforma. A quantidade de escolas isoladas ativas, a baixa frequência dos alunos, a resistência às escolas mistas e o descaso com a aplicação do método intuitivo demonstravam que as mudanças empreendidas ou estimuladas por esses reformadores não logravam êxito.

O professor Helvécio de Andrade e Carlos Silveira acreditavam que para impulsionar a instrução pública não era necessário aumentar o número de escolas, bastava apenas aperfeiçoar os métodos, os processos de ensino e, principalmente, incentivar e preparar os professores.

Ao analisar os relatórios emitidos nesse momento foi possível verificar a intencionalidade em caracterizar o período como: “a fase das mudanças internas da escola”. Helvécio de Andrade deixou visível seu intento em demonstrar as alterações que empreendeu: difusão de novos métodos de ensino, mudanças na carga horária das aulas; a necessidade da dedicação exclusiva das professoras ao magistério; a inclusão de novas disciplinas como Pedagogia e Psicologia. Entretanto, seria necessário ressaltar que, apesar das mudanças, o trabalho educacional desenvolvido nessa ocasião contou também com a atuação de Rodrigues Dórea, Carlos Silveira, do inspetor Edgard Coelho, do professor

Baltazar Góes⁵⁰ e do inspetor João Esteves, que colaboraram sobremaneira para a implantação dos ditames da Pedagogia Moderna em Sergipe. Difícil seria imaginar que uma empreitada desse porte poderia ser efetivada por uma única pessoa. Mesmo em se tratando de um setor departamental, não se pode negar o pioneirismo desses intelectuais da educação na difusão das idéias ditas modernizantes.

Na defesa da Pedagogia Moderna como necessidade educacional, Helvécio de Andrade, em seu discurso, não apresentou vacilações quanto aos cuidados com a formação da normalista. Mesmo depois das reformas empreendidas, dos materiais escolares adquiridos e da obtenção de um prédio próprio para o funcionamento da Escola Normal, ele incentivou a realização de conferências pedagógicas, as quais funcionavam como estratégias para instruir e divulgar os conhecimentos específicos do campo educacional.

Durante o primeiro ano de administração, o diretor da instrução pública realizou diversas conferências no salão da Escola Normal, no Centro Literário Educativo, na Hora Literária, bem como em outros salões disponíveis na época. Os professores, alunas e políticos eram convidados para realizar preleções sobre a educação. O desembargador Evangelino Faro promoveu duas delas na Escola Normal; a aluna Gudula de Campos dissertou sobre “A Escola” no Centro Literário e João Esteves, inspetor Geral do ensino na época, discursou sobre o “ABC” no salão do Royal Cinema.

As conferências realizadas pelos professores, literárias ou pedagógicas, justificavam sua necessidade através do caráter educativo que portavam. Eles apresentavam como meta principal a perspectiva de atualização, de aperfeiçoamento e disseminação do conhecimento. Como bem pontuou Bastos, as conferências visavam “instaurar uma ‘nova ordem’ educacional, refletiam a situação do ensino e o conflito de posições frente às chamadas ‘modernidades’ pedagógicas”⁵¹. Esses reformadores acreditavam que era preciso desenvolver essa tendência nos meios intelectuais com o fim de difundir a importância da Pedagogia e reconhecê-la como disciplina que se pretendia científica. Conforme Helvécio de Andrade expressou no relatório de 1914, “as conferências desenvolvem o espírito crítico, apuram a linguagem, provocam o estudo, estimulam os novos e concorrem muito para a vulgarização dos princípios pedagógicos tão úteis à vida e a direcção das creanças”⁵².

A postura desses reformadores, favorável ao aprimoramento da instrução ministrada às normalistas, era pautada nas idéias de Lourenço Filho, Anízio Teixeira, Fernando de Azevedo e Caetano de Campos que priorizaram modificações do ensino normal como meta para o aperfeiçoamento do quadro docente. As sugestões de reforma estavam vinculadas ao princípio de que a educação somente se desenvolveria por meio do aperfeiçoamento dos professores primários.

Ao dar seguimento a essas idéias, o diretor da instrução pública não se limitou a demonstrar as necessidades do curso normal. Elaborou um novo programa que passou a vigorar em 1915. A primeira proposta foi o prolongamento do curso para quatro anos. Conforme pensava, era imprescindível a ampliação de cargas horárias das disciplinas de Geografia, Aritmética, Música, Trabalhos Manuais e das aulas práticas ministradas nos Grupos Escolares. Ressaltou ainda a importância da instalação dos gabinetes de Ciências Físicas e Naturais, de Pedagogia, de Desenho, Cartografia e a criação do cargo de preparador.

No interior de suas idéias verifica-se que o primado da visibilidade e da racionalidade tão apregoado desde a reforma de Caetano de Campos também pertencia à fala de Helvécio de Andrade, Carlos Silveira e Rodrigues Dórea. Eles ressaltavam, constantemente, a influência dos dispositivos sensoriais como assessores da aprendizagem privilegiando a observação e a experiência como atividades cognitivas correspondentes ao

propósito do movimento de renovação pedagógica. Com base nesse entendimento, constatou ser indispensável a compra de novos materiais para as atividades práticas das normalistas. Dessa forma, os laboratórios, a biblioteca, os gabinetes e as aulas práticas foram postos como os vetores da modernização do ensino normal. Essa tendência pode ser entendida como uma apropriação do modelo das reformas paulistas que vislumbravam a implantação de laboratórios para as experimentações e da criação de uma Escola Modelo para a prática das normalistas.

Sustentava que as normalistas tinham um currículo que não correspondia ao objetivo ao qual a escola foi destinada. A disciplina de Pedagogia, por exemplo, era ministrada apenas nos dois últimos anos do curso, e a biblioteca da escola dispunha de poucos exemplares. Além disso, a maioria das obras clássicas da Pedagogia eram publicações escritas em línguas estrangeiras, o que dificultava ainda mais o acesso às informações. Mediante essas dificuldades, Helvécio de Andrade elaborou um pequeno livro abordando os conteúdos da Pedagogia de forma mais didática. No entanto, nem todos aprovaram tal iniciativa gerando no campo educacional uma polêmica entre o professor de Pedagogia da Escola Normal, Helvécio de Andrade e o professor que ministrava a mesma disciplina no curso normal do Atheneu Sergipense, Adolpho Ávila Lima.

2. Polêmicas educacionais sobre a publicação do “Curso de Pedagogia”

Foi no salão da Escola Normal, com a presença do presidente Rodrigues da Costa Dórea e do professor paulista Carlos da Silveira, que Helvécio de Andrade discursou sobre a importância da instituição para o Estado e sobre a necessidade de legar às normalistas uma teoria baseada na ciência, de modo a enriquecer a formação daquelas que seriam as futuras professoras primárias. Conforme Helvécio de Andrade, não existia um guia mais didático no qual as alunas pudessem empreender seus estudos.

Com o objetivo de suprir essa lacuna, o diretor da Escola Normal tornou pública sua obra intitulada “Curso de Pedagogia: Lições práticas elementares de Psicologia, Pedologia, Metodologia e Higiene escolar, professadas na Escola Normal de Aracaju”. Foi a partir dos conhecimentos científicos da Psicologia, Sociologia e Biologia que Helvécio de Andrade elaborou esse pequeno ensaio didático dirigido às normalistas sergipanas.

O *Curso de Pedagogia* foi publicado em 1913 pela Livraria Popular. Com um total de 122 páginas, ele estava dividido em quatro partes que correspondem aos conhecimentos abordados nas disciplinas mais específicas do curso normal, Psicologia pedagógica, Pedologia, Metodologia e Noções de Higiene Escolar. Cada capítulos foram divididos em dezenove lições.

Conforme Ávila Lima, essa obra não se justificava por preencher uma lacuna na literatura pedagógica sergipana, como pretendia o diretor da Escola Normal. Ávila Lima argumentava que a escrita partia de um ponto de vista muito rebuscado e abstrato. Dizia Ávila Lima: “por melhores que sejam as intenções do seu auctor, não prehenche absolutamente o fim que foi collimado, uma vez que foi escrito sob o ponto de vista abstrato e estéril, confuso e anarchico...”⁵³. Ávila Lima, nesse aspecto, estava se referindo à insistência de Helvécio de Andrade em defender a Psicologia como uma ciência experimental, aplicando-a a observação e à experimentação. A discussão desse tema havia deixado o *Curso de Pedagogia* mais teórico que prático, o que divergia do objetivo inicialmente proposto.

Supunha o professor do Atheneu Sergipense que a Psicologia como uma ciência experimental ainda não havia sido concretizada: “Inverterado no meu habitual sceptismo, eu não creio na realização dessa tão formosa (...) esperança, que, a ser um dia objectivada

(...) não lhe nego os grandes progressos (...) [mas] a psicologia é ainda uma espécie nebulosa em formação”⁵⁴. Como não acreditava numa Psicologia Pedagógica, teceu sérias críticas à condição teórica da obra de Helvécio de Andrade. Dessa forma, Ávila Lima se propôs não só a criticar toda a obra do diretor da instrução pública, como também a reconstruí-la segundo suas análises.

Ao responder a essa provocação, Helvécio de Andrade publicou no Jornal *Estado de Sergipe* outra série de dezoito artigos intitulados “Críticas e ensaios de Psychologia Pedagógica: refutação” com a finalidade de explicar à sociedade sergipana a legitimidade de suas idéias combatendo as acusações empreendidas por Ávila Lima. Conforme o entendimento de Helvécio de Andrade, essas críticas não aparentavam ser muito pertinentes porque a cientificidade da Psicologia foi simplesmente negada sem apresentar uma elucidação concisa. Conforme explicitava, esse conhecimento científico seria a base teórica para a Pedagogia.

Diante das denúncias recebidas, os intelectuais não costumavam ser indiferentes; muitas vezes também respondiam com outras provocações. Assim fez Helvécio de Andrade: “um professor de Pedagogia que na sua primeira lição, nega a base psicológica desta disciplina fundamental do curso normal, revela-se incapaz de sua tarefa. Que Pedagogia iria ensinar, Ávila Lima?”⁵⁵.

Helvécio de Andrade asseverou que Ávila Lima seria um mero declamador de frases sem fundamentação pedagógica. Como afirmou: “Sem ponto de partida, pois que não crê nos fundamentos científicos da Psychologia, faltar-lhes-ão por força os elementos lógicos do ensino”⁵⁶. Ao mesmo tempo, Ávila Lima não conseguia manter um discurso seguro, ora entendia o progresso da Psicologia, ora desacreditava nela como ciência. Para o diretor da Escola Normal, não restavam dúvidas quanto ao estatuto de ciência da Psicologia, pois tinha um princípio diretor, um objeto e método próprio.

As rivalidades ou mesmo a atração entre os membros de um determinado grupo são regidas pelas estruturas de sociabilidade definidas dentro do *campo*. Dessa forma, os debates hostis efetuados por Helvécio de Andrade e Ávila Lima demonstravam o grau de tensão das redes de intelectuais que compartilhavam interesses ou estabeleciam concorrências entre si. Essas polêmicas definiam, mesmo que parcialmente, a atmosfera intelectual de uma época. Conduzidos pela oportunidade de ascender sob a falha do outro, esses professores deliberavam o grau de prestígio e legitimidade de que gozavam perante a sociedade.

As colocações de Helvécio de Andrade não se manifestavam pelo fato de o seu trabalho ter sido criticado pelo professor de Pedagogia do Atheneu, mas reclamava da imprensa sergipana que apenas noticiou o aparecimento da sua obra e as veementes críticas que recebeu. Somente o Jornal *Correio de Aracaju* transcreveu de um dos periódicos de São Paulo, as opiniões do intelectual Moreira Guimarães. Ele enviou uma carta endereçada a Helvécio de Andrade felicitando e elogiando o livro “Curso de Pedagogia”. Assim estava escrito: “Dou-lhe mil parabéns pelo seu estudo de Pedagogia. Penso que, dirigindo-se ao diretor da Escola Normal, iniciará bem o trabalho de propaganda do seu livro etc”⁵⁷.

Ao dar continuidade às críticas, Ávila Lima ressaltava alguns pontos que julgou impropriamente analisados, dentre os quais a doutrina dos sentidos defendida no Curso de Pedagogia. Helvécio de Andrade dedicou algumas lições ao estudo dos sentidos e afirmou que a sensação era um sentimento corpóreo produzido pelo contato do corpo com o meio exterior. Para refutar essa afirmação, Ávila Lima se serve de intelectuais como Bertrand, Sinibal, Haekel, Aristóteles e Payot:

Os espíritos argutos e delicados lhes extremarão as vaporosas subtilezas, dando à sensação e ao sentimento o que por direito lhe pertence. Como os sentidos, as sensações se dividem em internas e externas, segundo pórem das funções e necessidades da vida, ou resultam do exercício dos sentidos e não como o fez Helvécio de Andrade, dividindo-as, a seu bel prazer em geraes e especiais⁵⁸.

As disputas entre esses dois intelectuais pela legítima compreensão dos conhecimentos científicos da Psicologia, levou-os a fundamentações irrigadas de ofensas pessoais. Perceber essas falas como dispositivo de consagração permite compreender o porquê da insistência em discutir, publicamente, um tema comum aos dois professores. Mesmo de formações diferentes, ambos ministravam aulas de Pedagogia, fato que torna o conflito ainda mais agressivo mediante a busca pela conquista do *campo* educacional.

Diante da interpretação de Bourdieu, o estado de *campo* estava relacionado às lutas que diferentes grupos e/ou pessoas travavam e cujos interesses se apresentavam distintos. Mas, esse sociólogo advertia a necessidade de não se reduzir o funcionamento de um campo unicamente às relações de força estabelecidas entre os agentes sociais; isto porque eles também compartilhavam certos interesses do próprio campo. Entre eles havia “cumplicidade entre os adversários inseridos no mesmo campo, de tal forma que mesmo participando de um processo de luta e concorrência eles estão de acordo em discutir os objetos de seus desacordos”⁵⁹. Com o intuito de romper com o raciocínio do seu opositor, Ávila Lima escreveu

No primeiro momento experimento uma sensação agradável, que me foi transmittida a mente pelo sentido intellectual, do tacto e pelo esthetico da vista. No segundo, sinto no fundo da alma, nos recessos do espírito, um sentimento de desagrado, que me foi occasionado pela idéia, que me ficou, do nenhum valor intrínseco do trabalho intellectivo do cathedrático da Escola Normal⁶⁰.

Helvécio de Andrade, em defesa da Psicologia como uma ciência, ressaltou as contradições e as desordenações do pensamento do seu oponente. Assegurou que “S.s. é, em Pedagogia, o que o vulgo chama de uma gaveta de sapateiro, onde, havendo de tudo, nada está arranjado”. As motivações que levavam os intelectuais a manter as acusações poderiam estar no anseio em ter a posse legítima do conhecimento. O diretor da instrução pública, numa atividade intensa para imprimir descrédito à fala de Ávila Lima, cogitou sobre a ausência de bases teóricas que sustentassem ou mesmo definissem as acusações recebidas, afirmando que “Basta ler o primeiro artigo com alguma atenção para adquirir essa presunção, não certeza, porque s.s. nada define, nada se define”⁶¹. Por mais agressivas que fossem, as réplicas e tréplicas centravam-se nas condições de definição e crédito na Psicologia Experimental defendida por Helvécio de Andrade.

Movido pela oportunidade de auferir legitimidade às suas idéias e agredido pelas críticas à sua condição de professor de Pedagogia, Ávila Lima empreendeu censuras mais severas a outros pontos abordados no livro do diretor da Escola Normal. Um desses aspectos estava relacionado ao estudo sobre a Pedologia, ciência que estudava o desenvolvimento biológico e cognitivo da criança. Ao proferir sobre esse conhecimento,

Helvécio de Andrade e Ávila Lima pontuaram suas capacidades científicas sobre os estudos da Pedagogia. Com efeito, o lugar que cada agente ocupava na estrutura social estava determinado por uma espécie de condições sociais de produção no *campo científico* e uma dessas condições era a detenção do conhecimento. Esse *campo científico*, dizia Bourdieu:

É o lugar, o espaço do jogo de uma luta concorrencial(...)o que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado⁶².

Com o objetivo de defender a Cadeira no Atheneu Sergipense, Ávila Lima contestou a Pedagogia defendida por Helvécio de Andrade e contrapôs as idéias desenvolvidas por Comprayré, Rousselot e Farias de Vasconcellos com os conhecimentos difundidos no “Curso de Pedagogia”. Para ratificar suas argumentações sobre a falta de clareza e de veracidade da teoria pedagógica explanada pelo diretor da instrução pública, demonstrou que este seria um escrito embasado apenas na empiria e na retórica. Além disso, afirmou que bom educador não seria aquele que saberia “de cor as regrazinhas da Pedagogia”⁶³, mas “aquelle por certo que, conhecendo a sua situação na natureza por longos conhecimentos da humanidades, conheça a sua situação ao lado dos seus alunos”⁶⁴.

Tanto os artigos de Ávila Lima quanto os de Helvécio de Andrade permitiram entrever os entusiasmos e os recalques ao defender seus pensamentos. Apesar de eles registrarem que suas publicações eram sem paixões ou segundas intenções, e que essas críticas eram provenientes simplesmente do amor à verdade e à ciência, o afã com que defendem suas idéias atestava justamente o contrário.

A recepção da obra de Helvécio de Andrade entre os intelectuais da educação foi uma surpresa para Ávila Lima mesmo após suas contundentes críticas. Alegou que o diretor geral da instrução pública não tinha noção da responsabilidade de tornar público um escrito tão confuso e errôneo. O crítico lançava seu apelo catequético no último artigo que publicou: “Prefiro soffrer por dizer a verdade, a fazer soffrer a verdade com meu silencio”⁶⁵.

Diante dessas afirmações pode-se inferir que a luta pelo discurso socialmente reconhecido não estava limitada aos desentendimentos e queixas mantidos entre eles nos periódicos de grande circulação daquela época em Sergipe. O discurso, nesse sentido, não estaria desautorizado pelas críticas; ia além; dizia respeito à formação da opinião que os grupos oponentes podiam formar acerca da capacidade intelectual de cada um dos mentores dessa discussão. No caso em questão, esses agentes ultrapassavam a idéia de produção de teorias competentes e, fiéis ao discurso científico já legitimado, partiam para críticas de cunho pessoal. Esse embate refletia a luta pela posição que esses agentes ocupavam nas hierarquias instituídas, o que definia a percepção social das competências e da distinção deles na sociedade⁶⁶.

Os sujeitos sociais buscando definir posições no *campo educacional* estabelecem suas disputas mobilizando estratégias que eram específicas do próprio campo. Desse modo, eles teciam uma rede de sociabilidades nas quais intelectuais com concepções afins, formavam grupos que procuravam tornar hegemônica a linha de pensamento que

defendiam com o fim de serem reconhecidos como um grupo dominante, efetuando, assim, sua distinção perante os outros intelectuais.

Os discursos acirrados e as acusações recíprocas apontavam as divergências de concepções sobre o ideal pedagógico e sobre as práticas necessárias para empreender o desenvolvimento da Instrução Pública. Não só Ávila Lima como também Ítala Silva de Oliveira criticou as ações e idéias de Helvécio de Andrade.

Ítala Silva foi uma mulher que se destacou no cenário aracajuano das primeiras décadas do século XX. Depois de ter estudado em uma instituição voltada para a educação feminina, Ítala Silva ingressou no curso normal do Atheneu Sergipense que, naquela época, era freqüentado sobretudo por homens. Em 1914, formou-se deixando vínculos importantes, um deles foi com seu professor de Pedagogia e Metodologia, Adolpho Ávila Lima. Discutiam sobre os problemas educacionais, empreendiam a conscientização de mudanças estruturais na educação através de publicações nos periódicos locais, fundaram a Liga Sergipense contra o Analfabetismo e polemizaram com outros intelectuais envolvidos com a Instrução Pública. O diretor da Instrução Pública e da Escola Normal, Helvécio de Andrade, foi um deles. Ítala Silva teceu críticas relevantes sobre o tipo de instrução que estava sendo oferecido, principalmente na Escola Normal, que era uma das instituições escolares mais representativas da época. A formatura legou à Ítala Silva certa distinção na sociedade⁶⁷.

As críticas de Ítala Silva focalizaram com mais evidência as atitudes de Helvécio de Andrade na administração da Instrução Pública e da Escola Normal e nas idéias que difundia. Numa série de doze artigos intitulados “Nos domínios da Instrução Pública”⁶⁸, Ítala Silva teceu várias críticas referentes às atitudes de Helvécio de Andrade ao ponto de pedir publicamente que ele fosse destituído do cargo, em 1916. No entanto, seus anseios não foram atendidos. Helvécio de Andrade só deixou seu cargo em 1918. Mas isso não significou que ele tenha passado incólume por essas acusações. Sua reação diante desse fato foi um indicativo do quanto ele se sentiu afetado.

Um dos pontos principais da crítica de Ítala Silva e Ávila Lima em relação à obra de Helvécio de Andrade, *Curso de Pedagogia*, foi a acusação de que esse diretor tivesse feito plágio das idéias de outros intelectuais renomados no campo da Pedagogia, como Payot, Claparède, Pestalozzi e outros. De fato, as idéias desses autores realmente fazem parte do corpo textual dessa obra. O próprio Helvécio de Andrade, no prefácio do seu livro, publicou que sua intenção seria elaborar um ensaio que servisse para as normalistas estudar os clássicos. Dessa forma, Helvécio de Andrade resumiu as idéias principais desses autores citados para torná-lo um curso mais didático, de modo que ao lerem, as alunas pudessem se apropriar das idéias pedagógicas com mais facilidade. Na realidade, a pretensão de Helvécio de Andrade era que seu livro fosse utilizado nas aulas de Pedagogia, Metodologia, Pedologia e Higiene escolar da Escola Normal. Por meio dele, o diretor da instrução também difundia os novos princípios da Pedagogia Moderna entre as normalistas⁶⁹.

Essa renhida polêmica sobre aspectos específicos da Pedagogia de Ítala Silva, Ávila Lima e Helvécio de Andrade constituiu-se num demonstrativo de como o campo educacional estava sendo construído e como eram impetuosas as críticas e as lutas pelo domínio do saber. Esse jogo de conquistas garantiria ao portador do conhecimento legitimado o domínio sobre o campo educacional.

Tudo indicava que apesar das retalições, Helvécio de Andrade continuou a ser aceito pelos seus pares, assumindo mais vezes a direção da Instrução Pública, por consequência, a direção da Escola Normal. A intensa competição desencadeada por esses

agentes sociais teve como conseqüências importantes contribuições⁷⁰ para a difusão das idéias da Pedagogia Moderna e para engendrar o fortalecimento de dois grupos opostos: os que se filiaram às idéias de Helvécio de Andrade⁷¹ e os que apoiavam Ávila Lima.

Nessa luta pelo acúmulo de *capital científico*, era perceptível que cada agente procurava se engajar para impor suas idéias. Foi o caso de Ítala Silva, ex-normalista e ex-aluna do professor Ávila Lima, que tecia várias críticas a Helvécio de Andrade em relação às atitudes dele enquanto diretor e professor da Escola Normal⁷². Assim, Ítala Silva pôde ocupar uma posição assegurada dentro do grupo que era a favor de Ávila Lima e teve suas críticas legitimadas por isso, o que deu o reconhecimento do seu nome e uma ascensão no campo educacional distinguindo-se dentre as outras ex-alunas do curso normal do Atheneu Sergipense, adquirindo um valor diferencial. Para Bourdieu, isso seria definido como acúmulo de capital, como revelou: “acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum”⁷³.

Dessa forma, foi possível apreender que as ações de Rodrigues Dórea, Helvécio de Andrade, Carlos Silveira e Baltazar Góes direcionadas para a implantação dos ditames da Pedagogia Moderna nas escolas possibilitaram uma leitura da influência do movimento modernizador em Sergipe. Como difusores dessa modernização pedagógica, esses reformadores, mediarão a construção de uma cultura escolar sergipana baseada em um novo fazer pedagógico com a introdução de novos métodos de ensino, novas práticas pedagógicas e higienistas.

Eles também enfatizavam a importância de medidas que deveriam ser desenvolvidas no sentido de uniformizar o sistema de ensino, o método, a definição dos conteúdos, as normas que deveriam ser seguidas pelas escolas e a seleção prévia dos livros didáticos. Apesar desses reformadores não terem sido os pioneiros a difundir as idéias da Pedagogia Moderna em Sergipe, tiveram uma produção bastante significativa a esse respeito. Os mecanismos de difusão das suas idéias refletiam a posição que ocupavam no *campo educacional*. Dentre eles, a imprensa sergipana com os artigos, folhetos, ensaios e livros; as salas de aula da Escola Normal e as conferências pedagógicas no salão da Hora Literária, do Centro Pedagógico Sergipano e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. As idéias que defendiam eram *apropriações* efetuadas da aproximação com as reformas e produções dos intelectuais da educação de São Paulo. Principalmente, do pensamento dos intelectuais da educação envolvidos com a propagação da Escola Nova e da Escola Ativa, como de Lourenço Filho, Sampaio Dórea, Caetano de Campos, Afrânio Peixoto e Farias de Vasconcellos.

Os projetos desses reformadores e, principalmente, de Helvécio de Andrade deram uma nova configuração aos problemas educacionais. Tratados a partir de uma perspectiva cultural, justificava suas pretensões de elevar o nível da instrução pública com o fim de proporcionar o desenvolvimento social, de civilizar.

Como diretor da instrução pública, Helvécio de Andrade procurou difundir a necessidade de mudanças na estrutura educacional e no modo como a instrução era efetivada dentro das salas de aula; isto porque acreditava em que os entraves educacionais eram de matriz metodológica. Apesar de criticadas por Ávila Lima e Ítala Silva, as idéias de Helvécio de Andrade conquistaram o campo educacional sergipano. Esse protagonista modernizador assegurou, a partir do acúmulo do *capital cultural e social*, tanto uma posição privilegiada na estrutura do *campo educacional*, quanto a licitude de suas discussões sobre a necessidade de difundir a modernização pedagógica no sistema escolar sergipano.

Seu discurso sobre como deveria ser pensada a educação conquistou certo reconhecimento ao ser aplicado nos programas educacionais, nos regulamentos de instrução pública, nas conferências, nos artigos que publicava e nas aulas que ministrava na Escola Normal. Essas idéias foram legitimadas não só pelos títulos e diplomas que portava, mas também pela posse de um saber educacional que lhe proporcionava discernimento para definir que tipo de educação deveria ser aplicado em Sergipe.

NOTAS

¹ Cristina de Almeida Valença, doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia, mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisa financiada pela Capes. E-mail: tina_valenca@yahoo.com.br

²NUNES, Clarice. “(Des)encantos da Modernidade Pedagógica”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 374.

³ HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. “O Imaginário moderno no Brasil”. In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira (orgs.) – Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 15.

⁴Durante o governo de Prudente de Moraes, Caetano de Campos empreendeu, em 1890, a reforma que marcaria a historiografia educacional como o momento que deu início à modernização do ensino. Como visto em capítulos anteriores, o intuito dessa reforma era criar uma escola que servisse de modelo às instituições de ensino dos outros Estados. A Escola Normal e a Escola Modelo constituíram o núcleo da reforma. Para assumir a direção da Escola Modelo foram indicadas Miss Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Cf.: SAVIANI, Dermeval. “O Legado educacional do ‘longo século XX’ brasileiro”. In: **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Dermeval Saviani ... [et. al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 23. – (Coleção Educação Contemporânea).

⁵ MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. p. 174-175. – Coleção Momento.

⁶ GONÇALVES, Gisele Nogueira. A trajetória profissional e as ações de Oscar Thompson sobre a Instrução Pública em São Paulo (1889-1920). São Paulo: PUC. 2002. p. 36. (Dissertação de Mestrado).

⁷ As instituições beletrísticas existentes em Sergipe: Clube Literário 24 de Julho, Clube Literário Tobias Barreto, Clube Literário Sílvio Romero, Clube Literário Progressista, Centro Literário e Educativo, Grêmio Literário Simãoense, Hora Literária Sílvio Romero, Hora Literária Tobias Barreto, Hora Literária Fausto Cardoso, Hora Literária Gumercindo Bessa, Hora Literária General Calazans, posteriormente intitulada de Hora Literária do Santo Antônio, Biblioteca Pública Epiphânio Dórea e Academia Sergipana de Letras. Cf.: SOUZA, Cristiane Vitorio. **A República das Letras**. 1889-1930. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (História Licenciatura).

⁸ As instituições científicas presentes no campo intelectual sergipano desse período foram: a Sociedade Médica de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe, o Instituto Parreiras Horta e Sociedade Odontológica de Sergipe.

⁹ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

¹⁰ ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931. p. 1.

¹¹ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Reformas da Instrução Pública”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.226.

¹² SOUZA, Rosa Fátima de. “Lições da Escola Primária”. In: **O Legado Educacional no século XX no Brasil**. Dermeval Saviani. [et.al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 119. – (Coleção Educação Contemporânea).

¹³ SOUZA, Rosa Fátima de. “Lições da Escola Primária”. In: **O Legado Educacional no século XX no Brasil**. Dermeval Saviani. [et.al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 119. – (Coleção Educação Contemporânea).

¹⁴ ANDRADE, Helvécio de. “Velho Thema”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 21 de Agosto de 1912, ano VI, n. 738 p.1 col. 3.

¹⁵ Carlos Silveira era diretor do Grupo escolar da Avenida Paulista.

¹⁶ SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de Setembro de 1910 pelo presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dórea**. Aracaju: Typografia d'O Estado de Sergipe, 1910. p. 56.

¹⁷ VEIGA, Cynthia Greive. “Educação estética para o povo”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 531.

¹⁸ VALENÇA, Cristina de Almeida. “Escola-Palácio: a monumentalidade e a educação estética do ideário da modernização pedagógica em Aracaju. (1911-1928). In: **Anais da 7 semana de História, 26 a 30 de janeiro de 2004: a historiografia de Maria Thetis Nunes**. Universidade Federal de Sergipe. CECH, Departamento de História. – São Cristóvão, SE: Departamento de História, 2004. p. 86.

¹⁹ VIÑAO FRAGO, Antonio. “La renovación de la organización escolar: la escuela graduada”. In: SATUER, G. O. (coord.). **Psicología y pedagogia em la primeira mitad del siglo XX**. Madrid, UNED Ediciones. p. 77. (Cuadernos de la UNED).

²⁰VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. 1871-1931.** Aracaju: Nossa Gráfica, 2005. p. 47.

²¹ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana.** Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931. p. 1-2.

²²ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana.** Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931. p. 1-2.

²³SERGIPE. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Dr. Helvécio de Andrade.** Aracaju: Tipografia do O Estado de Sergipe, 1914. p. 06.

²⁴ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana.** Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931.

²⁵Olimpio Campos, fora convidado a participar de uma reunião na qual foi convidado a assumir a presidência do Estado, apesar de não se julgar propagandista da República, assumiu em 1898 e deixou o cargo apenas em 1902, fato que o consumou no campo político. WYNNE, Pires. **História de Sergipe. (1575-1930).** vol. I. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. p. 353.

²⁶Liderado pelo Monsenhor Olímpio Campos, esse grupo político manteve sua supremacia do ano de 1898 até 1911. Esse político exerceu por muitos anos grande influência como senador. O episódio conhecido como Revolta de 1906 foi narrado pela historiografia sergipana como um acontecimento trágico por ter levado à morte de Fausto Cardoso no momento em que as Tropas do Exército destituíram os revoltosos do poder. Em seguida, Olímpio Campos foi assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso por acreditar que o mentor da morte do pai. DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

²⁷SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de Setembro de 1910 pelo presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dórea.** Aracaju: Typografia d'O Estado de Sergipe, 1910. p. 50-51.

²⁸ANDRADE, Helvécio de. "Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Normal II". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 6 de dezembro de 1911, ano VI, n. 634. p.2.col. 2.

²⁹ANDRADE, Helvécio de. "Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma III". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 8 de dezembro de 1911, ano VI, n. 635. p.2.col. 2.

³⁰ANDRADE, Helvécio de. "Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma IV". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 10 de dezembro de 1911, ano VI, n. 636. p.2.col. 2.

³¹ANDRADE, Helvécio de. "O problema máximo". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2. col. 02.

³²Sobre esse aspecto Grunennvaldt considerou que "uma nova escola era concebida, valorizando-se temas como jogos, a educação dos sentidos, a vontade e o interesse da criança, entre outros mais, constituindo-se eles como novos elementos educativos." Cf.: GRUNENVALDT, Ana Carrilho. **Europa, Brasil e Sergipe: desvendando as trilhas da Educação Física.** Campinas, SP: [s.n.], 2005. (Doutorado em Educação).

³³ANDRADE, Helvécio de. "Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma VI". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 15 de dezembro de 1911, ano VI, n. 638. p. 2. col. 2.

³⁴ANDRADE, Helvécio de. "Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma VII". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 17 de dezembro de 1911, ano VI, n. 639. p. 2. col. 2.

³⁵ANDRADE, Helvécio de. "O Homem e sua Natureza". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 4 de outubro de 1911, ano V, n. 608. p.1. col. 2.

³⁶ANDRADE, Helvécio de. "O Homem e a sua Natureza: conferência realizada na Escola Normal de Aracajú pelo Dr. Helvécio de Andrade". In: **Correio de Aracaju.** Aracaju, 4 de outubro de 1911, ano V, n. 608. p.1. col. 2.

³⁷ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: como se ministra a leitura analytica." **Correio de Aracaju.** Aracaju, 3 de Março de 1912, ano VI, n. 668. p. 2. col.2.

³⁸ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: ensino intuitivo na História Natural." **Correio de Aracaju.** Aracaju, 1 de Março de 1912, ano VI, n. 667. p. 2. col. 3.

³⁹ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: como se organiza uma classe." **Correio de Aracaju.** Aracaju, 6 de Março de 1912, ano VI, n. 669. p. 2. col. 1.

⁴⁰ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos." **Correio de Aracaju.** Aracaju, 28 de Fevereiro de 1912, ano VI, n. 660. p. 1. col. 2.

⁴¹ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: uma lição de Pedologia." **Correio de Aracaju.** Aracaju, 19 de Abril de 1912, ano VI, n. 686. p. 2. col. 2.

⁴²ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: como se ministra a leitura analytica." **Correio de Aracaju.** Aracaju, 10 de Abril de 1912, ano VI, n. 682. p. 2. col. 3.

⁴³ANDRADE, Helvécio de. "3º Congresso de Instrução primária e secundária". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 31 de julho de 1913, ano VI, n. 945. p. 1. col. 3.

⁴⁴Idem. p. 1. col. 3.

⁴⁵Sobre o mencionado jornal Helvécio de Andrade escreveu: "o velho órgão fluminense, que tamanho prestígio exerce na opinião do paiz, alistou-se, em boa hora, nas fileiras dos temidos paladinos do maior problema actual brasileiro, do qual dependem a força moral, a segurança e o valor da República". Referia-se à instrução pública. Cf.: ANDRADE, Helvécio de. "O Problema Máximo". **Correio de Aracaju.** Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2.col. 3.

⁴⁶O general Siqueira de Menezes governou Sergipe de 24 de outubro de 1911 a 29 de julho de 1914. Foi um dos militares que participaram da Guerra de Canudos e foi membro do diretório central do Partido Republicano Conservador. A fundação desse partido pelos líderes salvacionistas operava, conforme Dantas, em prol da reorganização das forças políticas servindo de base à formação de uma nova oligarquia consolidada por Oliveira Valladão. Cf.: DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964).** Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1989. p. 63.

⁴⁷ SERGIPE. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General Presidente do Estado em 15 de Agosto de 1914 pelo Diretor Geral da Instrução Pública Helvécio de Andrade. Aracaju: Tipografia do O Estado de Sergipe, 1914.

⁴⁸ Conforme informou Sirineli, ao estudar um grupo influente em um determinado espaço histórico social, surge necessariamente o problema de seu papel e de seu poder. SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editor UFRJ. Fundação Getúlio Vargas, 1979.

⁴⁹ SERGIPE. **Relatório apresentado ao presidente do Estado pelo Dr. Helvécio de Andrade Diretor Geral interino da Instrução Pública em 15 de Agosto de 1914**. Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1914. p. 13-14.

⁵⁰ GÓES, Baltazar. **Apostillas de Pedagogia**: precedidas de algumas noções de Psychologia colhidas de bons mestres. Aracaju: M. Orosco & C., 1905.

⁵¹ BASTOS, Maria Helena Câmara. “A Educação como espetáculo”. In: **História e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II: século XIX/ Maria Stephanou, Maria Helena Câmara Bastos (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 118.

⁵² SERGIPE. **Relatório apresentado ao presidente de Estado pelo Dr. Helvécio de Andrade Diretor Geral da Instrução Pública em 15 de agosto de 1914**. Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1914. p. 24-25.

⁵³ LIMA, Adolpho Ávila. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica I”. **Diário da Manhã**. Aracaju, 7 de Agosto de 1914, ano IV, n. 992, p. 2. col. 3.

⁵⁴ LIMA, Adolpho Ávila. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica I”. **Diário da Manhã**. Aracaju, 7 de Agosto de 1914, ano IV, n. 992, p. 2. col. 3.

⁵⁵ ANDRADE, Helvécio de. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica: refutações I”. **O Estado de Sergipe**. Aracaju, 14 de Agosto de 1914, ano XVI, n. 2801. p. 2. col. 2.3.

⁵⁶ ANDRADE, Helvécio de. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica: refutações I”. **O Estado de Sergipe**. Aracaju, 14 de Agosto de 1914, ano XVI, n. 2801. p. 2. col. 2.3.

⁵⁷ ANDRADE, Helvécio de. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica: refutações II”. **O Estado de Sergipe**. Aracaju, 15 de Agosto de 1914, ano XVI, n. 2802. p. 2. col. p. 2.

⁵⁸ LIMA, Adolpho Ávila. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica II”. **Diário da Manhã**, Aracaju, 8 de Agosto de 1914, ano IV, n. 993, p. 2. col. 2-3.

⁵⁹ MARTINS, Carlos Benedito. “Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu”. In: **Novos Estudos**. N. 62, CEBRAP: março de 2002. p. 178.

⁶⁰ LIMA, A Ávila. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica II”. **Diário da Manhã**, Aracaju, 8 de Agosto de 1914, ano IV, n. 993, p. 2. col. 1-2.

⁶¹ ANDRADE, Helvécio de. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica: refutações II”. **O Estado de Sergipe**. Aracaju, 15 de Agosto de 1914, ano XVI, n. 2802. p. 2. col. 2-3.

⁶² BOURDIEU, Pierre. “O Campo científico”. In: ORTIZ, Renato. (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994b. p.122 e123.

⁶³ LIMA, Adolpho Ávila. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica III”. **Diário da Manhã**, Aracaju, 9 de Agosto de 1914, ano IV, n. 994, p. 2. col. 2-3.

⁶⁴ Idem. p. 2.

⁶⁵ LIMA, Adolpho Ávila. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica XII”. **Diário da Manhã**. Aracaju, 21 de Agosto de 1914, ano IV, n. 1003. p. 2. col. 2-3.

⁶⁶ Logo após o lançamento do livro **Curso de Pedagogia** de Helvécio de Andrade, Ávila Lima, através do jornal **Diário da Manhã**, publicou doze artigos intitulados “Críticas e Ensaio de Psychologia Pedagógica” polemizando a credibilidade deste estudo. Em resposta, Helvécio escreveu no periódico, **O Estado de Sergipe**, “Refutações” que contrargumentavam as idéias colocadas por Ávila Lima que só finalizam quando, este publicou ainda no **Diário da Manhã**, “Réplicas e Tréplicas” em 1914.

⁶⁷ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanos no início do século XX. Campinas, SP: [s.n.], 2003. p. 98.

⁶⁸ OLIVEIRA, Ítala Silva de. “Nos domínios da Instrução Pública III”. In: **Diário da Manhã**. 11 de Novembro de 1916, ano VI, n. 1637. p. 2. col. 3 e 4.

⁶⁹ ANDRADE, Helvécio. **Curso de Pedagogia**: Lições práticas elementares de Psicologia, Pedologia, Metodologia e Higiene escolar, professadas na Escola Normal de Aracaju. Aracaju: Tipografia Popular. 1913. p. 1.

⁷⁰ Essas idéias de modernização geraram, no âmbito escolar, importantes mudanças como a inclusão do Método Intuitivo que recebeu diferentes conotações ao ser adaptado à Instrução Pública.

⁷¹ Foi através dessas discussões que houve uma nova migração de importantes protagonistas sergipanos que aderiram a essas novas idéias de modernização pedagógica, dentre eles Graccho Cardoso, Edgar Coelho, Manuel Franco Freire, fortalecendo o grupo dos ditos “modernizadores” e evidenciando um maior lucro simbólico para esse grupo.

⁷² Ítala Silva de Oliveira criticou a atuação de Helvécio de Andrade numa série de doze artigos publicados no **Diário da Manhã**, intitulados “Nos Domínios da Instrução Pública”, em 1916.

⁷³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.132. Bourdieu conceitou como ‘traço distintivo’. É por meio dele que diferenciava, por exemplo, alguém que pertencia a um segmento social do outro, esses professores simbolizavam a posição diferenciada dos agentes na estrutura social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ronald Conde. **O Rebelde Esquecido**: Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. São Paulo: TOPBOOKS. 1999.
- ALVES, Evandro. “Nulla die sine línea”. In: **O Imparcial**. 22 de agosto de 1918, ano I, n. 19. p. 1. col. 4.
- ANDRADE, Helvécio de. **Curso de Pedagogia**: Lições práticas elementares de Psicologia, Pedologia, Metodologia e Higiene escolar, professadas na Escola Normal de Aracaju. Aracaju: Tipografia Popular, 1913.
- _____. **Escola Sergipana**. Aracaju:Tipografia do Estado de Sergipe, 1931.
- _____. “Velho Thema”. **Correio de Aracaju**, Aracaju, 21 de Agosto de 1912, ano VI, n. 738. p.1 col. 3.
- _____. “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Normal II”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 6 de dezembro de 1911, ano VI, n. 634. p. 2. col. 2.
- _____. “O problema máximo”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2. col. 02.
- _____. “O Homem e a sua Natureza: conferência realizada na Escola Normal de Aracajú pelo Dr. Helvécio de Andrade”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 4 de outubro de 1911, ano V, n. 608. p.1. col. 2.
- _____. “Assuntos Pedagógicos: como se ministra a leitura analytica.” **Correio de Aracaju**. Aracaju, 3 de Março de 1912, ano VI, n. 668. p. 2. col.2.
- _____. “3º Congresso de Instrução primária e secundária”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 31 de julho de 1913, ano VI, n. 945. p. 1. col. 3.
- _____. “O Problema Máximo”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2. col. 3.
- _____. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica: refutações II”. **O Estado de Sergipe**. Aracaju, 15 de Agosto de 1914, ano XVI, n. 2802. p. 2. col 2-3.
- _____. Assuntos pedagógicos: uma lição de Pedologia. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 19 de Abril de 1912, ano IV, n. 689. p. 3. col. 2.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. “A Educação como espetáculo”. In: **História e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II: século XIX/ Maria Stephanou, Maria Helena Câmara Bastos (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. “O Campo científico”. In: ORTIZ, Renato. (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994b.
- _____. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Reformas da Instrução Pública”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. “Instrução elementar no século XIX”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas, SP: [s.n.], 2003. (Doutorado em Educação).
- GÓES, Baltazar. **Apostillas de Pedagogia**: precedidas de algumas noções de Psychologia colhidas de bons mestres. Aracaju: M. Orosco & C., 1905.

- GONÇALVES, Gisele Nogueira. A trajetória profissional e as ações de Oscar Thompson sobre a Instrução Pública em São Paulo (1889-1920). Dissertação. São Paulo: PUC. 2002.
- GRUNENVALDT, Ana Carrilho. **Europa, Brasil e Sergipe: desvendando as trilhas da Educação Física**. Campinas, SP: [s.n.], 2005. (Doutorado em Educação).
- HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. “O Imaginário moderno no Brasil”. In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira (orgs.) – Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LIMA, Adolpho Ávila. “Crítica e Ensaio de Psychologia pedagógica III”. **Diário da Manhã**, Aracaju, 9 de Agosto de 1914, ano IV, n. 994. p. 2. col. 2-3.
- MARTINS, Carlos Benedito. “Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu”. In: **Novos Estudos**. n. 62, CEBRAP: março de 2002.
- MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. – (Coleção Momento).
- NUNES, Clarice. “(Des)encantos da Modernidade Pedagógica” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- OLIVEIRA, Ítala Silva de. “Nos domínios da Instrução Pública III”. In: **Diário da Manhã**. 11 de Novembro de 1916, ano VI, n. 1637. p. 2. col. 3 e 4.
- REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editor UFRJ. Fundação Getúlio Vargas. 1979.
- SAVIANI, Dermeval. “O Legado educacional do ‘longo século XX’ brasileiro”. In: **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Dermeval Saviani ... [et. al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 23. – (Coleção Educação Contemporânea).
- SOUZA, Cristiane Vitória. **A República das Letras. 1889-1930**. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (História Licenciatura).
- SOUZA, Rosa Fátima de. “Lições da Escola Primária”. In: **O Legado Educacional no século XX no Brasil**. Dermeval Saviani.. [et.al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 119. – (Coleção Educação Contemporânea).
- VALENÇA, Cristina de Almeida. “Escola-Palácio: a monumentalidade e a educação estética do ideário da modernização pedagógica em Aracaju. (1911-1928). In: **Anais da 7 semana de História, 26 a 30 de janeiro de 2004: a historiografia de Maria Thetis Nunes**. Universidade Federal de Sergipe. CECH, Departamento de História. – São Crisóvão, SE: Departamento de História, 2004.
- _____. **Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. 1871-1931**. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.
- VEIGA, Cynthia Greive. “Educação Estética para o povo.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. “La renovación de la organización escolar: la escuela graduada”. In: SATUER, G. O. (coord.). **Psicología y pedagogia em la primeira mitad del siglo XX**. Madrid, UNED Ediciones. p. 77. (Cuadernos de la UNED).
- WYNNE, Pires. **História de Sergipe. (1575-1930)**. vol. I. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

Artigo recebido em: 29/2/2008

Aprovado para publicação em: 25/3/2008